
DEMOCRACIA POSSÍVEL

Cecília Pires¹

Resumo

Este ensaio examina a democracia, na perspectiva da atualidade, com referências na filosofia política. A intenção é provocativa mais do que teórico-doutrinária; interessa analisar o envolvimento da democracia contemporânea com a ideologia do progresso e do capitalismo. Observa-se o descaso do Estado democrático com os princípios humanistas da justiça e da paz. A partir dessas considerações, há necessidade de pensar a práxis.

Palavras-chave: democracia, poder, Estado, capitalismo, globalização.

Abstract

This essay analyses the democracy, from the perspective of today, with political philosophy as a point of reference. The intention is more provocative than theoretical what matters is to analyse the contemporary democracy's involvement with the ideology of the progress and the capital. We note the carelessness way that the Democratic State treats the humanitarian principles of the justice and peace. Then it is necessary to think about the praxis.

Keywords: democracy, power, state, capitalism, globalization.

PRESSUPOSTOS

Há um procedimento interrogativo dirigido à ordem existente: de que modo a ordem jurídica, o Estado e a sociedade civil estão envolvidos

¹ Professora de Filosofia Política e Ética na Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos). Membro do GT Ética e Cidadania – ANPOF.

Democracia Possível

com a democracia, além da retórica e do protocolo de intenções? Essa é uma questão necessária, mais do que retórica.

Tratar a questão da democracia na sociedade civil requer o entendimento de que é possível analisar as reivindicações dos cidadãos no âmbito da governabilidade. Uma das formas de realizar a governabilidade é a forma democrática, com tudo o que ela contém de avanço e de limite. A humanidade construiu seu processo civilizatório evoluindo, gradativamente, para a organização da vida civil, como valor necessário para a convivialidade. Disso resultou o Estado, esse instrumento jurídico, lugar de redes de poder e de gerenciamento dos negócios públicos.

O tema do Estado aparece como expressão da vida organizada em sociedade. É uma reflexão necessária para a elucidação dos problemas sociais, enquanto resultados do convívio humano, na história das relações sociais e políticas. Guerras e revoluções foram realizadas com a justificativa de defesa dos direitos soberanos das nações e dos estados; o reconhecimento desses direitos civis se constituiu como um eixo da sociedade razoavelmente organizada pela racionalidade dos cidadãos².

No entanto, as regiões de conflito, acerca dessas soberanias e identidades culturais, ainda permanecem com suas tensões peculiares, como a violência cotidiana e institucional, a pena de morte, a morte pela fome, a violação das fronteiras, as invasões e dominações culturais, as atitudes racistas e discriminatórias das etnias, a dominação do imaginário religioso e político, a expropriação das riquezas naturais pelas individualidades arrogantes e hegemônicas, para mapearmos as crueldades ainda não eliminadas, neste período do século XXI. Qual é a proposta para uma democracia possível?

² Ocorre que não houve, de parte do Estado, via seus gerentes, o interesse explícito de defender a cidadania na sua plenitude. As teorias procuram analisar as relações de poder e de dominação que surgem, a partir da constituição do organismo estatal. Destacam, especialmente, o aspecto funcional do governo instituído, como expressão da vontade social ou como resultado de um jogo de minorias.

Busca-se construir uma racionalidade que destaque a democracia, em seu conteúdo ético da ideia de valor. Essa ideia fundamenta as próprias exigências das pessoas, que recusam a violação das suas subjetividades e postulam justiça, a partir de uma nova ordem econômica e social.

A democracia se funda, pois, numa razão ética como uma experiência de compromisso e de responsabilidade civil e política. Nesse sentido, podemos pensar um pouco na experiência democrática voltada para os valores humanistas. Por que propor uma sociedade humanista? Porque se faz necessário pensar a linguagem da humanidade. Não precisamos apenas de uma competência linguística, precisamos de uma conversão ao humano, de uma convicção de que a práxis pode e deve ser repensada depois do que vivemos no século XX, cujos totalitarismos e barbáries ainda estão presentes neste século.

A razão ética postula um Estado ético, um Estado que não seja uma mera representação das éticas individualistas, mas que se alargue para os interesses sociais. E é nessa afirmação da racionalidade garantidora de direitos que se sustenta uma campanha mundial pelo novo ordenamento político, com expectativas éticas numa sociedade plural, mediada pelos valores da solidariedade, da honestidade e transparência no trato da coisa pública, da sustentabilidade e da democracia participativa.

Pensar, por exemplo, a necessidade de aproximar as culturas, realizando uma espécie de encontro das diferenças, seria um grande desafio desta época, para pensar a democracia, num horizonte além dos formalismos universalistas. Estamos, no marco da América Latina, influenciados, também, por uma nova ordem econômica internacional, inseridos no cenário da intolerância e do terror, e não estamos dispensados de pensar novas alternativas para nossos povos e culturas. E que pensamos? A mundialização da economia e da política enseja desafios que nos provocam para refletirmos sobre nossas necessidades. Uma delas é a relação entre o ético e o político, que resulta em ações inteligentes, as quais podem nos preservar de um globalismo determinista e nos inserir na lógica da alteridade, do

reconhecimento das diferenças e no estímulo a práticas de tolerância sobre o que é bom e justo como direito para todos.

A DEMOCRACIA POSSÍVEL NO ESTADO ATUAL

Pensar a democracia possível é entender a configuração mundial em que se situa a atual experiência política do mundo globalizado. A globalização não significa internacionalização. De modo restrito, é o processo resultante da capacidade de certas atividades de funcionar como uma unidade, em tempo real, em escala planetária. É um fenômeno recente, pois somente nas últimas décadas do século XX é que se constitui o aparato tecnológico com sistemas de informação, de telecomunicações e de transportes que se articulam por todo o planeta em uma rede de fluxos, funções e estratégias dominantes de todas as atividades humanas.

Manuel Castells (2000), no seu artigo *Globalização, Estado e Sociedade civil: o novo contexto histórico dos direitos humanos*, assevera que a globalização é a palavra-chave para a transformação estrutural que está perpassando nosso mundo.

De acordo com o autor, a realidade da globalização é multidimensional, ou seja, além do desenvolvimento tecnológico e econômico, há também, com força crescente, a globalização da política e da cultura, mediante a conexão dos estados e a expansão planetária dos meios de comunicação.

Meu posicionamento é que uma compreensão adequada à relação entre globalização e direitos humanos requer estudar a mudança das relações entre estado e sociedade civil, em uma época caracterizada pela crise do estado-nação, submetido à tensão contraditória entre globalização instrumental e localização identitária. (CASTELLS: 2000, p. 5)

Castells enfatiza que o aparato tecnológico com os sistemas de informação, de telecomunicações e de transportes articula-se em todo o

globo, formando uma rede de fluxos, funções e estratégias dominantes de todas as atividades humanas.

O aspecto econômico não escapa dessa rede de fluxos. A economia global inclui, em seu núcleo fundamental, a globalização dos mercados financeiros, cujo comportamento determina os movimentos do capital, das moedas, dos créditos por todos os países do mundo. Os sofisticados produtos financeiros atuam na economia mundial, sendo impossível a regulamentação e o controle desses fluxos globais pelo Estado, pois se movem trilhões (o chamado capital transnacional) em um curtíssimo espaço de tempo. Dessa forma, toda a economia mundial é dependente do comportamento do mercado de ações, da especulação e do livre tráfego financeiro.

A globalização da economia também inclui a importância crescente do comércio internacional no crescimento econômico, a atuação das empresas multinacionais e suas redes auxiliares, a interpenetração de mercados de bens e serviços, a formação de um mercado global de trabalhadores com qualificação profissional, entre outros aspectos.

Junto com a globalização econômica, assistimos também a globalização da ciência, da tecnologia e da informação. A globalização atinge, ainda, a comunicação de massa e multimídia, bem como as novas formas de comunicação através da internet e, em um aspecto sinistro desse processo, temos a globalização do crime organizado, que tende a penetrar nas instituições de governo de inúmeros países, com efeitos perversos sobre a soberania e a legitimidade política.

Castells, ao analisá-la, verifica que essa lógica da economia globalizada domina tudo de modo eficaz e racional. Seu exame insiste em mostrar que esse novo sistema global constitui-se a partir de redes de intercâmbio e fluxos de comunicação, sendo incluyente e excluyente. Incluyente de todos aqueles que possuem valor, segundo os códigos dominantes; e excluyente de todos aqueles que não possuem valor, de acordo com esses mesmos códigos. Na medida em que a globalização se desenvolve, essencialmente, como um instrumento de articulação de

mercados capitalistas, a rentabilidade econômica converte-se em um critério fundamental para a inclusão ou exclusão nas redes globais.

Para o autor, tudo está englobado no sistema, que se constitui extraordinariamente flexível e dinâmico, mas suscetível a fortes oscilações e a uma dinâmica competitiva que não admite erros. As redes globais articulam indivíduos, segmentos populacionais, países, cidades, regiões, ao mesmo tempo em que excluem outros tantos indivíduos, grupos sociais ou territórios. Essa geografia diferencial da exclusão social complica-se ainda mais com a geometria variável da globalização, principalmente quando a especulação atinge os mercados financeiros, que impulsionam certos setores da economia, derrubando outros.

Todos os países estão atravessados por essa lógica dual de inclusão e exclusão. A fonte da produtividade e da competitividade, na nova economia global, vai depender da capacidade de geração do conhecimento e do processamento eficaz das informações; ao mesmo tempo em que depende da capacidade cultural e tecnológica das pessoas, das empresas e das nações, de tal modo que a educação e a inovação se constituem em forças produtivas diretas. Mas não são ainda condições propícias para o novo modelo de desenvolvimento; pois, na medida em que todo o excedente econômico se transfere para o mercado financeiro, o comportamento desse mercado, submetido a pressões de todos os tipos, acaba por influir decisivamente na riqueza e pobreza das nações.

A globalização, em sua forma atual, na expressão do capitalismo internacional competitivo e sem regulamentação, supera os estados na medida em que articula os segmentos mais dinâmicos das sociedades, em todo o globo, ao mesmo tempo em que desconecta e marginaliza aqueles que não servem aos seus interesses. A globalização não é um processo automático nem pré-determinado. É orientado por atores sociais e políticos, que acabam por redefinir, em sua prática, a relação entre Estado e sociedade civil.

A reflexão acerca da democracia apresenta, por um lado, o trato teórico da questão, que neste âmbito apresenta muitos entendimentos, muitas compreensões e poucos consensos; e, por outro, o trato prático da questão, que divide opiniões sobre o vivido histórico pelas culturas e pelas singularidades nacionais. Isso possibilita que se ressalte o movimento desta reflexão: a possibilidade desejada por todos de que a democracia se efetive como construção e criação de alternativas de governabilidade na sociedade civil. É o desejo de entendermos de que democracia estamos falando – uma democracia sem donos e sem adjetivos, portanto uma proposta de pensar um poder partilhado numa organização coletiva, sem a marca do absolutismo e sem o registro da anarquia.

Salvatore Veca chama atenção para o conceito de partilha política:

[...] O ponto importante é o da identidade coletiva da cidadania democrática. Assim, uma ética pública adaptada às sociedades democráticas será chamada a justificar o valor do modo de vida democrático e as razões de uma identidade coletiva coerente e estável no tempo. (VECA, 2003, p. 305)

Essa identidade coletiva se assenta no modo próprio da governabilidade democrática, se entendermos tal governabilidade como a possibilidade da partilha e com espírito de seriedade na esfera pública. Com isso, estamos recortando os limites dessa discussão, enquanto a democracia se entende, de modo grego ou não, como a realização de um poder, sustentado de modo popular³. Mas, ao falarmos do popular, queremos sublinhar o significado do *demos* da democracia, e não o *kraté*, que é o poder, ainda que a categoria povo ou popular não pertença ao imaginário político grego.

A questão do poder insere-se na teia da governabilidade, na medida em que as formas de governar baseiam-se na compreensão que os sujeitos

³ A questão do popular é uma questão extremamente vasta e não poderíamos falar dela no limite desse debate.

políticos têm acerca do poder, com todo elenco simbólico que esse conceito representa. Uma das representações de poder é o Estado. Aqui começa o desenho do problema referido: a governabilidade democrática.

Fala-se em governabilidade democrática, a partir de pressupostos de igualdade e solidariedade inclusiva. Será essa a pretensão das democracias modernas? Senão, como entendermos a intensidade dos conflitos civis no âmbito dessas democracias? Isso, hoje, é visível nas regiões do planeta onde se apresenta essa forma de governo, seja com a tônica parlamentar, seja presidencial.

Parece que ainda não se chegou ao patamar das verdadeiras (?) liberdades democráticas, porque há segmentos da população civil obstruídos de participação pública, por estarem presos à necessidade.⁴ Fala-se, aqui, de democracias, ainda que assoladas pelo formalismo burocrático de um Estado Gerente. Não se trata, portanto, dos lugares onde as sombras ditatoriais de fundamentalismos ideológicos ou religiosos estejam a impedir a plena manifestação do pensamento e a real participação isonômica na vida pública.

A violência é um componente político da estrutura do Estado. Aí se instala a barbárie, externada desde a coerção física, passando pela hegemonia dos recursos econômicos e pela supremacia das informações aos seus protegidos até o controle ideológico nas mais variadas aparições desse poder. Dessa forma, o acesso desigual dos sujeitos aos bens da cultura e de todas as instâncias de benefício público prova a ausência de valores de uma ética emancipatória. O que há é uma prática moral utilitarista no polo da relação capital-poder contra o polo trabalho-cidadania.

Se isso é minimamente correto – um eixo político de amplitude social, que vise levantar barreiras à escalada da violência do Estado –, então, é imediatamente necessário avançar na compreensão teórica desse eixo, não para o estabelecimento de mais diretrizes, mas para avaliar prática e teoria,

⁴ Cf. H. Arendt sobre essa questão em *A Condição Humana*. Rio de Janeiro:Forense-Universitária, 1981. Ver também, PIRES, Cecília. *Ética da Necessidade e outros desafios*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2004.

na totalidade desse processo do estabelecimento de novas formas sociais de vida, na direção da condição existencial dos excluídos.

A liberdade deve ser o fundamento da sociedade civil. Na relação de dominação, ela se torna evanescente. Para efetivar a liberdade, instituí-la como valor social, é importante a organização de instâncias de poder capazes de estudos e ações para superação da violência, que tratem da questão nas mais diversas esferas sociais, políticas e econômicas, jurídicas, administrativas para se pensar na reforma do Estado, observando os interesses de todos os cidadãos e não apenas de um segmento social, que usufrui o Estado de forma privada como bônus e reparte, de forma pública, o ônus dessa soberania. Aliado a essa organização, a sociedade civil, envolvida com a questão dos direitos humanos e da justiça, poderia ser motivada a pensar em políticas e estratégias para cultivar a paz. A maior urgência é a de repensar o modelo de Estado e a forma de sua governabilidade, tentando, aí, apontar caminhos para o processo emancipatório dos sujeitos sociais.

A questão da soberania pública e da apropriação privada precisa extrapolar o viés acadêmico e atingir a materialidade do conflito sujeitos sociais-governo-Estado-grande capital. Esse é um desafio aos intelectuais e aos que se envolvem com o evento da República, evento da liberdade.

Há uma urgência de ocupação de espaços, na interlocução civilizada com os diferentes atores sociais. Essa situação pode levar-nos à construção da democracia, além do ato da *igualdade formal*. A ideia de uma ética relacionada com a ação política proporciona não só a denúncia, mas uma ênfase na construção de uma democracia possível. Essa é a nova face da totalidade a ser construída no resgate das conquistas intersubjetivas, alentadas pela projeção maior do conceito de cidadania; pois a plena cidadania exige em plenitude as condições de exercício da cidadania. Em outro lugar⁵, afirmo que o homem para viver no reino da liberdade deve ter

⁵ Cf. *Reflexões sobre Filosofia Política*. Santa Maria: Pallotti, 1986.

Democracia Possível

superado todas as instâncias da necessidade. Essa superação é um acontecimento real, concreto, prático.

A democracia, como modelo de governabilidade, necessita de uma razão, que se qualifica como razão ética. Esta é uma razão dos cidadãos, que desejem usufruir os resultados da justiça.

Falar em Razão Ética e construção de um novo tempo exige pensar as condições práticas desse construir. Aí, a democracia pode ser fortalecida, além de uma mera intenção retórica de um discurso oficial. Pode e deve, pois se trata de enfrentar o instituído, estabelecendo os excluídos como o novo instituinte. Abre-se, pois, um tempo de enfrentamento, e a *práxis* cobra ao *logos* a construção de uma nova democracia, a democracia do enfrentamento, capaz de construir novo modo de vida que supere a ética da eficácia, de que estão imbuídos os incluídos da classe dominante, e a ética da necessidade, que norteia o cotidiano dos dominados e excluídos. Ambas, éticas instrumentais e lacunares, destinadas a responder à imediatidade do modo de vida atual.

É necessário insistir no significado ético da práxis social. Só assim podemos pensar uma Razão Ética no movimento da história. Os sujeitos históricos encontram-se nas esquinas de uma vida que nem sempre é a que pediram ou desejaram e, aí, têm de agir para viver. Dessa forma, constroem a história, nem sempre a história que desejam, mas a história possível, aquela que as circunstâncias lhes permitem, conforme a interpretação de Marx em *O 18 Brumário*. E, entre as circunstâncias, estão a existência do dominador e o maior ou menor preparo do dominado para exercer a resistência.

Temos a fórmula para isso? Não queremos fórmulas, queremos pensar. E pensar é ir além das fórmulas. Isto gostaríamos de postular: uma postura utópica, a democracia radical como uma nova possibilidade crítica, ancorada na Ética, além do discurso e do fundamento. Uma ética da subversão cívica.

AS ESTRATÉGIAS DA DEMOCRACIA NO AMBIENTE GLOBALIZADO

Ludolfo Paramio, no seu artigo *A globalização e o mal-estar da democracia*, mostra que, em anos recentes, a ideia de que os cidadãos dos países democráticos outorgam um nível de confiança muito baixo às instituições da democracia representativa tornou-se um lugar-comum. Essa crise institucional atinge desde os partidos políticos e os parlamentos até os governos nacionais. Mostra o autor que essa é uma discussão, muito atual, sobre os motivos desse mal-estar e da desconfiança dos cidadãos diante das instituições democráticas e do seu funcionamento real. Entre essas possíveis causas, mencionam-se fatores externos, como: o fim dos blocos ideológicos; a perda por parte dos partidos políticos de seu papel como “fontes” de informação política; a dissolução da cultura partidária; o aumento do nível de informação e de educação dos cidadãos, garantidos pelos meios de comunicação; e as mudanças na função deliberativa dos parlamentos.

Surge outra questão: o impacto da globalização sobre a capacidade real dos governos nacionais de se autogestionarem. Isso aponta para o fato de que a globalização tem retirado dos governos grande parte da sua capacidade de decisão e atuação, passando-a para as mãos dos mercados financeiros e para instâncias supranacionais. Com isso, pode-se deduzir que a desconfiança dos cidadãos diante dos governos e das demais instituições democráticas é consequência da sua percepção de uma perda real de poder por parte do Estado. Os interesses desses mercados submetem os governos gerenciais e os desqualificam perante os seus cidadãos.

Os estados gerentes agem em função da eficácia econômica e do controle dos seus déficits. Temem a saída de capitais e a especulação financeira, em detrimento da moeda nacional. Esses fatores atingem toda prática política, inclusive a fala e a ação dos políticos profissionais. Os governos, ao justificarem as próprias limitações e fragilidades, pela existência de condicionamentos externos, correm o risco de receber

avaliações negativas por parte da sociedade civil, uma vez que pesa mais a ideologia do mercado do que a representação democrática.

Como resiste o ideário democrático diante da força do mercado? Agora não só se trocam ideias, mas produzem-se mudanças violentas na vida dos sujeitos, de tal modo que o avanço tecnológico, via lógica do mercado, faz com que se perca de vista as condições de que a escolha dos governantes é resultado da vontade dos cidadãos, antes é uma produção midiática de candidatos flexíveis, a serviço de um individualismo possessivo. Há candidatos “criados” pela mídia, o que atesta a indigência política da consciência das massas.

QUAL PRÁXIS DEMOCRÁTICA?

A ideia de uma experiência democrática contemporânea há muito superou a singularidade do tempo grego, momento em que a *polis* era perfeitamente governável. Entre os cidadãos atenienses, a esfera pública e a esfera privada estavam em âmbitos diferentes; o indivíduo realizava sua vida como participante da vida da cidade. Dentre tantas significações, a que mais se destaca é a relação de pertença na *polis*, cuja ligação se efetiva na vida prática, nos meandros da governabilidade.

Avulta a utilização da *phronesis* como um elemento importante para a vida pública. Os negócios humanos, como refere Arendt, estão situados no espaço público, que é o espaço da política, onde os cidadãos aparecem. A vida privada não está, nessa singularidade grega, envolvida com as questões da *polis*.

Os sujeitos, nas suas variações conceituais e valorativas, ao longo do tempo, produziram novos significados entre ética e política e, no processo civilizatório, foram dissociando as esferas da ética e da política, tendo sido Maquiavel o protagonista explícito dessa ruptura. E o faz de modo eficaz, de tal sorte que consegue convencer, pelo seu conceito de *virtù*, que não é harmoniosa a intenção política com o fundamento moral.

Bobbio afirma:

Quando Maquiavel atribui a Cosmo de Médici (e parece aprovar) a máxima de que os Estados não se governam com os pater noster nas mãos, demonstra considerar e dar por admitido, que o homem político não pode desenvolver a própria ação seguindo os preceitos da moral dominante, que numa sociedade cristã coincide com a moral evangélica. [...] por mais que a questão moral esteja presente em todos os campos da conduta humana, quando aparece na esfera da política acaba por assumir um caráter particularíssimo. (BOBBIO:2002 p. 50)

O rigor moral se dilui diante da eficácia das ações políticas. E não interessa na vida política seguir os cânones da moralidade. Há uma espécie de flexibilidade dos sujeitos envolvidos com a ação política, no que se refere aos cânones da moralidade pública. Reiterar a violência na vida do espaço público implica nesse entendimento de que a virtude não é necessária para os que se envolvem com a governabilidade.

No cenário das jovens repúblicas latino-americanas, com a democracia representativa, faz-se necessário associar as questões da democracia com as da governabilidade. A frágil vida civil tem sido governada por sociedades políticas que oscilam da ditadura explícita às concertações que viabilizam a governança. Como repensar a governabilidade? Como entender e criticar um certo tipo de concertação, mapeando sua política de alianças, repensando as agremiações partidária. Como entender a questão da reforma política? Como superar os formalismos da representação? Como re-pensar a questão do voto obrigatório?

Tais ações ensejam um entendimento profundo entre a sociedade e o Estado, com vistas a uma propositura ética. O desdobramento de tais ações pode permitir exames, análises e debates públicos sobre problemas, como a questão da crença nas instituições, primordialmente o Estado e secundariamente as demais instituições da sociedade civil; a legitimidade dos governos, tendo em vista a solidez de uma atitude civil, republicana,

além do formalismo da representação; as dis(sociações) entre o público e o privado, no que concerne à apropriação privada do que é público e a ingerência pública no que é privado; a experiência totalitária das ditaduras militares, que assombraram nosso horizonte histórico, cujas torpezas ainda são sentidas pelas vítimas; o problema da corrupção, como um elemento desagregador da convivialidade social, capaz de ser tão aniquilador do laço social como qualquer conflito armado.

Essas questões têm um horizonte comum entre as Repúblicas da América Latina, na medida em que há uma experiência fugaz de democracia efetiva, com muitas dificuldades de maturação.

Outra ordem de questões se impõe no momento em que o descrédito da forma política da democracia gerenciar chicoteia uma racionalidade cívica, que vive a tensão entre a melhor forma de governo, aquela que produziria a vida boa e justa aos cidadãos.

Como pensar a ordem política? Como produzir critérios de julgamento político? Qual o princípio do juízo da sociedade civil? Por que a sociedade civil faz as escolhas ou sustenta a forma de gerenciamento do estado?

A forma de ação da sociedade civil é fundamentalmente simbólica, ou seja, os sujeitos coletivos e individuais vivem no limite da moralidade público-privada, de tal modo que buscam mais a eficácia do que a justiça. Criam acontecimentos com forte repercussão na opinião pública, estimulam debates em distintos contextos que, em última análise, modificam os códigos culturais e morais, em que os cidadãos tomam suas decisões. De certa maneira, a mudança de mentalidade, mediante motivações simbólicas, poderia afetar as decisões políticas dos estados e, de alguma forma, restabelecer a conexão estado-sociedade civil e também recompor o laço social.

A simplificação das formas de representação política, os mecanismos formadores de opinião se apresentam de modo direto ao público. As decisões que ocorrem no mundo são marcadas pela

imprevisibilidade e pela complexidade do sistema de informação, o que dificulta muito a atração de uma consciência moral com vinculação à esfera da política.

A evidência de uma ação conservadora, própria de uma sociedade primitiva, e a presença de uma ação progressista, peculiar de sociedades estatizadas, atestam o sentido que a humanidade conferiu à sua história. O grave nisso tudo é que não se considera esse universalismo ameaçador. O que não é dito é que a lógica da exclusão, que ameaça os sujeitos vítimas de preconceitos de qualquer ordem, coloca entraves às relações de igualdade e fragiliza a conquista da liberdade, como evento ético. A situação concreta de opressão é vivida pelo sujeito concreto, numa situação concreta. Quando a palavra ainda for de dominação, significa que há situações de opressão, o que resulta numa má sorte para os anseios democráticos das sociedades.

Não se pode ficar apenas no desempenho de figurantes, isso afeta o avanço da democracia. Faz-se imprescindível uma ação de protagonistas, de sujeitos envolvidos com as convicções, que não se exponham no mercado como bens de compra e venda.

Para pensar as dimensões da democracia no Continente e no Mundo será necessário pensar sobre esse conjunto de situações, de modo que se re-inaugure a *polis*, na dimensão possível da participação cidadã, de tal modo que não façamos novamente a odisséia de Ulisses, matando monstros, fugindo do canto das sereias e voltando enfraquecidos a casa, depois de uma longa aventura. Muitas gerações perdem não apenas as utopias, mas até mesmo a coragem de um novo recomeço, depois de tantas aventuras.

A sociedade civil, aliada a um projeto de re-ordenamento social e envolvida com a questão dos direitos humanos, pode atuar para que o poder de mando seja partilhado. Isso motiva a recusa a qualquer forma de ódio e possibilita pensar em políticas e estratégias que cultivem a paz.

A América Latina pode, no desejo de instaurar uma democracia efetiva, continuar os caminhos iniciados pelos protagonistas da liberdade, começados no meio de muitas dificuldades e permitir-se uma experiência de

maturidade e de coesão, viabilizando uma cultura de soberania no Continente.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

CASTELLS, Manuel. Globalización, Estado y sociedade civil: el nuevo contexto histórico de los derechos humanos. IN: ISEGORIA. *Revista de Filosofía Moral y Política*. Madrid, setembro, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PARAMIO, Ludolfo. La globalización y el malestar en la democracia. In: *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 20, Madrid. Diciembre, 2002.

PIRES, Cecília. *Ética da necessidade e outros desafios*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

PIRES, Cecília. *Reflexões sobre filosofia política*. Santa Maria: Pallotti, 1986.

VECA, Salvatore. Democracia. In: Monique Canto-Sperber (org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*, v. 1, Editora Unisinos, 2003.